

**OS DESAFIOS DO EMPODERAMENTO
DE MULHERES AGRICULTORAS:
notas sobre uma experiência vivida**

***THE CHALLENGES OF THE EMPOWERMENT
OF WOMEN FARMERS:
notes on a living experience***

Losandro Antonio Tedeschi *

Resumo

A desigualdade que afeta as mulheres em contextos produtivos, que se reproduzem muitas vezes a partir das próprias organizações populares, é um fenômeno estrutural e histórico que, apesar das políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado, os resultados ainda são insipientes do ponto de vista da promoção das condições de equidade de gênero. As mulheres na atualidade, em grande parte, venceram a exclusão, mas não venceram as desigualdades e a segregação. A permanência de um percentual ainda elevado de mulheres “confinadas” à esfera doméstica ou em profissões tipicamente femininas é constante. A exclusão da cidadania em razão do gênero, classe, etnia está ligada a políticas históricas do patriarcado, que permanecem até hoje tão dissimuladas e profundas do que no passado, muitas vezes legitimadas pelo próprio movimento que as representa.

Palavras-chave: Mulheres do campo. Trabalho. Gênero. História.

Abstract

The inequality that affects women in productive contexts, which often reproduce from their own popular organizations, is a structural and historical phenomenon that despite the development of policies developed by the state, the results are still ignorant of the promotion of gender equality conditions and point of view. Women today, to a large extent, have overcome exclusion, but have not overcome inequality and segregation. The persistence of a still high percentage of women “confined” to the domestic sphere or in typically female professions is constant. The exclusion of citizenship on the basis of gender, class, and ethnicity is linked to historical policies of patriarchy, which remain to this day so disguised and profound that in the past, often legitimized by the movement that represents them.

Keywords: Rural women. Work. Gender. History.

* Doutor em História Latino-americana, pesquisador sobre História das Mulheres, estudos de gênero, memória e interculturalidade. Coordenador da Cátedra Unesco em “Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras” na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/MS), Brasil. E-mail: losandrotedeschi@ufgd.edu.br

O movimento de mulheres agricultoras: entre a inércia e a ruptura

O mundo camponês está experimentando transformações muito profundas nas últimas décadas, transformações a ver nada mais e nada menos com sua posição na sociedade global na qual está inserida, com sua função social (com as necessidades que satisfaz) e com seu significado e sentido no imaginário coletivo. Talvez o desafio mais claro que esta transformação vem ocasionando é a perda da centralidade da atividade agrária com estas duas dimensões da identidade camponesa, a econômica e a simbólica.

As mulheres, na atualidade, são as artífices e receptoras desse processo de mudança. Elas estão inseridas e agindo no centro dessas transformações, implantando claras estratégias de gênero tendentes a aumentar a sua cota de participação e de poder social.

Nesse sentido, esse texto reflete sobre as práticas de experiência vivida com as integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na região Noroeste do Rio Grande do Sul, que, por meio de entrevistas, conversas e do convívio com seu movimento por um período aproximado de 15 anos, nos permitiu refletir sobre questões conceituais e analíticas que o emprego das categorias como trabalho, poder, relações de gênero e cidadania pelas mulheres no movimento exprimem.

Seus depoimentos descortinam o momento em que despertaram para a luta pelos direitos sociais, traduzindo os significados que estas atitudes produziram na vida privada e pessoal pós-conquistas¹.

A atuação do Movimento² e suas bandeiras de reivindicação não almejavam a construção de canais fortes de resistência à exclusão de gênero³ e, portanto, não implicavam a construção de novas identidades sociais. Constatamos que as ferramentas de mobilização social⁴ articuladas pelos discursos e práticas das mulheres agricultoras refletem a presença de um sistema de valores que não pertence

1 Quando falamos em conquista de direitos sociais, referimo-nos às lutas pelo direito à aposentadoria rural, salário maternidade, documentação rural, bandeiras de mobilização na década de 1990.

2 O movimento referido nesse texto é o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, vinculado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag-RS), conhecido também como Movimento das Margaridas.

3 Segundo Joan Scott (1995, p.23): “A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico, implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou diferença sexual”. Sua emergência no âmbito dos debates sociais, da história, está atrelada ao seu importante papel em chamar atenção para “os símbolos culturais”, para “os conceitos normativos”, para “as instituições”, para “a organização social”, assim como para “as identidades subjetivas”, apontando para a reflexão sobre suas construções relativas à constituição das identidades sociais, inclusive promovendo uma releitura do significado do “político” que, nesse sentido, promove um questionamento dos papéis público e privado na história.

4 Ao falar em mobilização social, referimo-nos às pautas de luta do período da década de 1980 e início dos anos 90, onde o atrelamento das bandeiras de reivindicação femininas ficava sob o controle do sindicalismo rural.

às mulheres, mas foi incorporado como uma prática cultural eminentemente masculina, definido por relações de poder, vinculado à lógica da cultura patriarcal rural e destinado ao espaço reprodutor e não criador.

Para reforçar nossa hipótese, era importante realizar entrevistas⁵ com as mulheres que participaram do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), tendo como objetivo avaliar sua participação no processo de mobilização social; como estavam refletindo na atualidade as relações de gênero no meio rural e, ainda, se as relações sociais criadas pelo movimento haviam modificado ou não as relações de poder e trabalho na roça.

Foram organizados três grupos de depoimento: o primeiro com lideranças que ainda continuam a atuar no Movimento⁶; o segundo composto por ex-lideranças⁷; e o terceiro constituído por mulheres que, não tendo sido lideranças do Movimento, participaram do processo⁸.

As mulheres trabalhadoras rurais poderiam construir seu ambiente pós-mobilização de uma infinidade de maneiras para resistir ou não à pressão da sociedade. As mulheres rurais passaram por negociações culturais, instalando-se em lugares até então nunca ocupados e, de certa forma, afirmando certas práticas de poder tradicionais.

Ocorre que as estruturas de poder local, combatidas pelas agricultoras, que estavam situadas no espaço público, acabaram em grande medida sendo reproduzidas por elas, neutralizando justamente aquilo que o Movimento chama de “transformação”. A experiência pessoal e coletiva das agricultoras determinou a reprodução dos valores, de ideias e tradições presentes no imaginário rural. Logo, as experiências que as mulheres viveram, suas ações e percepções, não modificaram as regras internalizadas acerca de seus papéis. E, com isso, acabaram determinando não só suas ações futuras, mas também sua identidade. Conforme Hall (2003, p 38),

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

A análise das entrevistas revelou dois tipos de discurso: um de base individualista, principalmente de mulheres que participaram do Movimento sem

5 Esses depoimentos foram coletados entre os anos de 2006 a 2008. Ver TEDESCHI, 2016.

6 Foram formuladas as seguintes questões: Quais os motivos que levam a continuar? Vale a pena continuar?

7 Valeu a pena o desempenho de mobilização no período? Os objetivos levantados naquele contexto modificaram a sua realidade no campo, na sua família, na sua casa? Passados 15 anos, o que mudou nas relações de gênero? Por que não são mais líderes?

8 O que levou a participar? Porque não se tornaram líderes na época? E hoje, como vê a luta do Movimento? Valeu a pena?

assumir papéis de liderança, e outro de base coletiva, que destaca a importância da conquista de direitos, porém não expressando a presença consciente da discriminação de gênero, tanto no âmbito do privado como do público.

Me recordo que em 1980 foi lançado o movimento das trabalhadoras [...] Num trabalho contínuo de sol a sol fomos progredindo. Temos hoje comissões municipais, movimentos regional e estadual. A organização da trabalhadora rural foi um importante marco e junto com os sindicatos conseguimos a conquista da Previdência Social, com orgulho nós nos aposentamos com salário integral, nos sindicalizamos e podemos participar do sindicato...Essas conquistas foram todas frutos da luta, muitas viagens, mobilizações, desgaste físico feito com orgulho por nós, com a colaboração do Sindicato dos trabalhadores Rurais e da FETAG [...] Olhando para o passado, podemos afirmar que o trabalho dedicado das pioneiras e de todas as outras trabalhadoras rurais que colaboraram com um pouco de suor e fibra neste movimento, valeu a pena. Que esse passado sirva de orgulho para nós todas e devemos continuar lutando pelos direitos de todos (LS, Comunidade de Três Vendas, Catuípe, abril de 2007).

No imaginário da entrevistada, o papel do Movimento e seus próprios papéis sociais são complementares e seguem um mesmo fim. Nota-se que ela não menciona os novos desafios ou a necessidade de ir além dos benefícios sociais ou até mesmo de buscar o “empoderamento”, não alimentando, portanto, as mudanças nas relações de gênero.

É importante destacar aqui que o debate sobre o “empoderamento” feminino na América Latina está associado à desigualdade de gênero e vinculado a um conceito de poder que historicamente atrelou o protagonismo feminino em vários sentidos. Para Deere e León (2002, p. 26), ele é “fonte de sua opressão quando de objeto de abuso e uma fonte de emancipação em seu uso [...] um mecanismo de poder ou resistência sobre a forma existente dos mesmos”. Ou seja, o poder, na história das mulheres agricultoras na América Latina e no Brasil, esteve muitas vezes relacionado ao lado negativo, evidenciando o lado enfraquecido, dependente, por sugerir vitimização ou dependência.

Ao incorporar as representações sociais sob a “orientação” do sindicalismo rural, elas passam a negar e negociar sua autenticidade enquanto movimento e, por isso, a pauta feminista, que se refere a direitos individuais, sexuais e reprodutivos, não atingiu o MMTR, até porque tais pautas eram ade mulheres urbanas.

Na análise dos depoimentos das mulheres agricultoras que *não foram lideranças*, mas participaram do Movimento, os discursos apontam também para a continuidade das representações sociais sobre as relações de gênero, revelando que elas não se sentem discriminadas, o que demonstra a continuidade dos tradicionais papéis atribuídos ao feminino.

Eu nunca me senti discriminada [...] embora... eu acho que para não ser discriminada devo ser mais atenciosa e trabalhadora do que os homens [...] eu

9 Participou do Movimento, mas não exerceu atividade de liderança.

acho que está tudo igual... principalmente a parte da família, todos trabalhamos juntos na roça, o dinheiro do leite hoje mantém a propriedade, eu faço os meus afazeres dentro de casa, e se sobra tempo vou na lavoura também [...], pois aqui na roça não adianta pensar em outra coisa, só em trabalhar.

Eles sabem que comigo eu não ajudo na roça mais, já fiz minha parte nesses anos todos... eu me lembro de todas aquelas viagens a Porto Alegre para manifestações [...] toda a semana o sindicato vinha com notícias para mobilização para aqui, para lá, e nós junto, porque o movimento estava junto [...] hoje parou tudo isso, estou mais tranquila (LS, Comunidade de Três vendas, Catuípe, abril de 2008).

Podemos observar que as agricultoras que não exerceram atividades de liderança no movimento não percebem as mudanças resultantes das mobilizações sociais, e seu discurso não identifica a discriminação de gênero, nem a subordinação ao masculino e muito menos ao movimento. Seus relatos apontam para uma postura de “acomodação” e consentimento em relação à realidade vivida no campo.

Michelle Perrot afirma que, mesmo com limitações e práticas de consentimento que as mulheres adotaram no decorrer da história, elas “[...] souberam tirar partido dos espaços que lhes eram confiados ou deixados, para dar, a si mesmas, prazeres próprios e contrapoderes eficazes, usando armas para fazer o seu lugar” (PERROT, 2005, p. 485).

Essas agricultoras não se sentem discriminadas e não almejam uma visibilidade, no sentido de reivindicarem posições sociais no espaço público, o que, segundo Scott, só é possível enquanto sujeito político, ou seja, quando “as mulheres se mobilizam como categoria social” (SCOTT, 2005 p. 70).

As mulheres rurais em grande medida não almejavam participar de um movimento com bandeiras, ações próprias, pois, para elas, o objetivo central era conseguir direitos civis e assistenciais junto ao sindicalismo agrário. Muitas entrevistas justificam tal afirmação:

Tive de trabalhar e trabalho muito mais do que o meu marido hoje, [...] não, eu não me sinto nada mal por não participar mais, até acho que nós já conquistamos muitas coisas [...] hoje eu deixo para as mais novas ir nas reuniões [...] já fiz a minha parte, conseguimos a aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença... acho que o desafio maior foi vencido (OCE, 62 anos, Comunidade de Vista Alegre, Catuípe, abril de 2007).

Eu nunca quis ser líder porque tinha que sair muito de casa e largar as coisas e depois quem iria fazer para mim? Todas nós temos tarefas e obrigações a cumprir, e eu já não tenho mais idade para isso (MT, 60 anos, Comunidade de Três Vendas, Catuípe, maio de 2007).

Na perspectiva dessas entrevistadas, o que está posto, do ponto de vista discursivo, é a permanência de seus papéis tradicionais, porém essa responsabilidade pela expressão pública familiar, do cuidado com a família, a casa, as relações sobre o cuidado, são expressões de poder importantes para as agricultoras.

Assumindo a perspectiva de Foucault¹⁰, de que a consciência de ação implica resistência, pode-se interpretar que a negação da existência de discriminação por parte das mulheres rurais na atualidade é uma forma de afirmação e controle sobre seus papéis. Como a ordem social não é questionada e não se sentem discriminadas, vemos o assumir de uma natureza feminina e masculina fixa e de uma prática individualista pós-conquistas de direitos. Além disso, uma mulher disciplinada e sujeitada é valiosa economicamente e diminui o desgaste do poder patriarcal.

Não obstante, quando nos referimos às mulheres com um passado nas mobilizações do MMTR, muitas agricultoras insistem em que o resto das mulheres “não participa porque não quer”, não reconhecem as limitações das relações de gênero no espaço privado e apresentam tudo como uma escolha pessoal, como podemos notar nos depoimentos de ex-lideranças do Movimento:

Não sobra tempo para participar, se a gente participa de tudo o que é Movimento, vai abandonar a propriedade e isso a gente não quer. A minha mãe não podia nem votar, por isso acho que a mulher agricultora já conquistou muita coisa através de suas lutas. O agricultor que não faz nota de produtor em conjunto com a mulher não consegue se aposentar (LD, 52 anos, Grupo de Mulheres de Catuípe, abril de 2006).

Eu sou uma pessoa muito mais direta hoje, tenho maior abertura, consigo até falar nas reuniões na comunidade [...] consegui isso pelo Movimento naquela época. E hoje é o marido que vai pra cidade fazer os negócios, resolver os problemas com o banco, a cooperativa e o sindicato.

Eu acho um negócio normal. Eu acho que fiz minha parte [...] construímos a mobilização e conquistamos muitas coisas. Só que[...] sei lá... A mulher ficando em casa cuidando dos filhos e o marido vai para a roça... eu não sei bem se tem diferença... só que... é o homem, por ser mais forte, aguentar mais... E o homem está habituado a outros serviços mais pesados do que a mulher, né? Fiz minha parte, temos que pensar em nossas coisas (MB, Comunidade de Três Vendas, Catuípe, maio de 2006).

Esses depoimentos de ex-lideranças parecem construir uma subjetividade¹¹ muitas vezes sem resistência às normas sociais vigentes, com uma adesão indiscutível ao papel tradicional de responsabilidade sobre a esfera familiar. Essa subjetividade,

10 Ao fixar o olhar no cotidiano, Foucault chama atenção, ao mesmo tempo, para as formas de poder – que de tão frequentes tornam-se imperceptíveis. Para o autor, o poder constitui, atravessa, produz os sujeitos, categorizando o sujeito e impondo um regime de verdade – que o une à sua própria identidade – e que ele deve reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele, levando a práticas discursivas, inviabilizando a condição de sujeito. Cf. FOUCAULT, 1984.

11 A construção do conceito de subjetividade feminina, apesar de apresentar uma grande variedade de concepções, neste trabalho, é examinado a partir da perspectiva das relações de gênero, adotada por pesquisadoras que têm procurado revelar a presença da mulher na História, dentro de um processo de desconstrução dos papéis sociais atribuídos historicamente às Mulheres. Ver: RAGO, 1995, p. 67-82.

construída historicamente pelo desejo e razão masculina, ainda é um modelo seguido pelas mulheres rurais. Conforme Lauretis (1994, p. 159),

Experiência é o processo pelo qual, para todos os seres sociais a subjetividade é constituída. Através desse processo a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social, e assim, percebe e compreende como subjetivas (que se originam no indivíduo e se referem a ele próprio) aquelas relações – materiais, econômicas e interpessoais – que são, de fato, sociais, e, numa perspectiva maior históricas, construídas socialmente.

As trabalhadoras rurais são construídas pelo olhar do outro, do marido, do padre, da mídia..., pela historicidade das relações de gênero, e muitas vezes não percebem que são representadas e interpretadas por um discurso misógino, sexista e patriarcal. Há em Foucault, em seu livro *Ética, Sexualidade, Política*, o termo construção da subjetividade ou modos de subjetivação, que nos ajuda a entender tais práticas humanas, visto como o “processo pelo qual nós obtemos a construção de um sujeito, mais exatamente de uma subjetividade de que nada mais é que uma das possibilidades dadas de uma organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 2004, p.106). A experiência das mulheres trabalhadoras rurais não é, portanto, algo autoevidente ou definida, é antes uma representação que precisa ser desnudada e rompida.

As representações sociais sobre os papéis de gênero funcionam, nesse caso, como um sistema de interpretação da realidade, regulando as relações dos indivíduos com seu meio ambiente físico e social, orientando seus comportamentos e suas práticas. Isto porque as representações sociais possuem funções específicas no ambiente em que são produzidas e reproduzidas constantemente:

Elas podem ter a função de (a) *saber* – em que as representações sociais permitem compreender e explicar a realidade; a função (b) *identitária* - em que as representações têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social; a função (c) *de orientação* – em que orientam os comportamentos e as práticas por meio da definição da finalidade da situação, de um sistema de antecipação das expectativas e de uma prescrição do comportamento; e a função (d) *justificadora* - que permitem justificar a posteriori as tomadas de posição e os comportamentos (MINAYO, 1995, p. 75, grifos nossos).

Considerando as funções das representações sociais, é possível compreender o funcionamento das ações das mulheres agricultoras e das formas que usam para explicar e justificar suas condutas numa situação ou em relação ao movimento ou em relação à família, pós-mobilização. Todos os discursos sociais produzem representações sociais e, algumas delas, terminam por adquirir a autoridade do óbvio e do senso comum, como é o caso das ex-lideranças do MMTR. Contudo, as representações sociais não determinam inteiramente as decisões tomadas pelo indivíduo, mas elas limitam e orientam o universo de possibilidades postas à sua disposição.

No depoimento das ex-líderes do MMTR, está implícito que apenas os homens são capazes de conquistar a cidadania e ser sujeitos. Porém, existem aspectos da vida daquelas mulheres que escapam da teoria vigente, pois não necessariamente todas as mulheres querem ter poder, querem ser sindicalizadas; nem todas querem ter uma atuação política, e nem todas querem ter acesso ao poder no espaço público.

A maneira como se construiu o MMTR e as conquistas sociais não apenas mascara essa pretensa universalidade do conceito de cidadania, como também é excludente e, no melhor dos casos, invisibilizadora em relação àqueles sujeitos que não compartilham as características requeridas.

As mulheres, como se sabe, foram longamente excluídas da cidadania, por causa não só dos interesses da comunidade familiar, como também da sua diferença em relação aos “iguais” – os homens. [...] A diferença foi política e simbolicamente construída com a noção de cidadania, de tal modo que sua exclusão aparece na própria origem dessa noção (SARACENO, 1994, p. 207).

Os relatos das ex-lideranças referem-se a muitas obrigações internas, expressões gerais de emoções, atributos essencialmente femininos, num discurso centrado na ação individual; defendem pelo discurso a igualdade da mulher e do homem na esfera pública, mas diferenciam-se no plano privado. Utilizam o discurso na primeira pessoa e negam a hipótese de serem discriminadas, isto porque elas se sentem detentoras do poder no espaço privado e porque sabem que, além do reconhecimento jurídico da atividade agrícola (trabalhadoras rurais), elas são proprietárias da terra junto com o marido.

Essa compreensão de que “*já fiz minha parte*” é uma das expressões claras que demarcam e reproduzem a identidade feminina com o privado, com a natureza e com a desigualdade em relação ao espaço público. O espaço público, por sua vez, como assinala Célia Amorós (2003), é o espaço dos que *são iguais*, dos que se reconhecem como tais – como cidadãos – e onde o poder é distribuído de forma equitativa, já o espaço privado é o espaço onde habitam as “*idênticas*”, posto que se nega o reconhecimento de sua individualidade.

Podemos constatar também que algumas entrevistadas, quando abordamos temas em relação à família, ou sua percepção sobre a liderança no Movimento naquele período, colocam as assimetrias de poder com o marido, e adotam um discurso individualista referindo-se muito mais ao sofrimento, ao complexo de culpa por deixar a casa e à dificuldade de conciliar tarefas, enquanto outras (que não foram líderes, mas participaram), não deixando obviamente de ter os mesmos problemas, não questionam o porquê de seus papéis sociais:

Nesses anos todos que se passaram desde o reconhecimento da profissão trabalhadora rural não foram sem lutas e muita força de vontade, a mulher não sabia o que era sindicalismo, era só trabalhar e trabalhar; na hora que o homem dormia no meio-dia, eu fazia o serviço, e quando ele via que tava na hora de voltar para a roça me chamava, o meu marido sempre achava que mulher era para trabalhar igual à homem. Não foi nada fácil para nós mulheres, o marido não deixava ir no movimento, mas a nossa profissão não era reconhecida, e

conseguimos provar que nós éramos agricultoras (HR, 58 anos, Comunidade da Linha 7 leste, Ijuí, abril de 2006).

Continuou a mesma coisa, [...] claro que a gente não trabalha igual trabalhava antigamente, mas se continua a fazer todos os mesmos serviços de antes, participar de reuniões hoje já não é fácil, muito serviço na casa. Existe um trabalho que está sendo realizado nos municípios, onde as mulheres estão participando, nas associações, nas igrejas, nos sindicatos. Também há uma maior valorização das atividades do lar, sabemos que existem muitas injustiças a serem derrubadas e não podemos ser ingênuas e nos calar [...].Hoje aqui em casa estamos nos virando, trabalhamos lado a lado, todo mundo, e a roça não deixa tempo para participar mais das atividades do Movimento (IG, 60 anos, Comunidade da Linha 7 leste, Ijuí, maio de 2006).

Esses depoimentos apontam para uma espécie de redimensionamento dos espaços de poder, no qual as mulheres, através de seus benefícios sociais, afirmam sua identidade constituída no mundo privado e optam por ele. Os relatos mostram uma dimensão de identificação com o movimento, porém não se desligando dos afazeres tradicionais, pois essa não era a proposta do MMTR.

Quando a depoente afirma que “continuou a mesma coisa”, está implícita uma afirmação de seu trabalho na esfera doméstica. Entendemos que a primeira consequência da permanência dessa representação sobre seu trabalho é o seu distanciamento do movimento, e o fato de que, sendo proprietária, desconstruir esses papéis ocasionaria a perda de poder na unidade familiar.

Se “continuou a mesma coisa”, uma dada realidade, não sendo discutida ou mesmo comentada, acaba por legitimar-se como “efeito de verdade”. Assim, desprovida de reflexão e mudança, remete-se novamente, no imaginário dessas mulheres agricultoras, ao mundo do espaço doméstico. Se o que as mulheres desejavam obter estava restrito à conquista de direitos sociais, por que haveria de mudar a outra dimensão de suas vidas – a doméstica? As depoentes colaboram também para representar as tarefas domésticas como naturais, na medida em que atribuem a elas próprias a necessidade de “ficar em casa”, em favor dos seus desejos e necessidades e também daqueles com quem se relacionam por meio do trabalho doméstico.

Ao submeterem-se à lógica da mobilização social articulada ao sindicalismo rural masculino, as mulheres tentaram ser reconhecidas pelos homens, com a linguagem do mundo dos homens. Apoiados em Muraro (1996, p. 24), podemos afirmar que essa condição de retorno aos papéis tradicionais se deve a não existência de condições de ruptura e de reflexão profunda pelo Movimento sobre a construção histórica discursiva do sujeito mulher.

A vinculação a uma estrutura sindical conservadora, herança de um marxismo mal digerido, levou o MMTR a reducionismos. Procurou-se, na mulher, a trabalhadora e não a pequena proprietária rural; gastou-se muito tempo e energia em discussões mal formuladas sobre relações entre classe e gênero, permanecendo o discurso da “classe” como o eixo consensual de mobilização, até porque elas eram

parte de uma classe social – a dos proprietários, fazendo com que permanecessem, mesmo vinculadas ao MMTR e ao sindicalismo, as desigualdades entre homens e mulheres no que concerne às relações de poder e gênero.

Não houve a intenção de aprofundar a problemática das mulheres rurais ou focar a vida feminina na dimensão do trabalho, das relações de gênero ou de poder. Resultado da “integração” entre o Movimento de Mulheres e o Sindicalismo, as mulheres ocupam um lugar subordinado e secundário que as converte em um grupo vulnerável, perpetuando situações de dependência em relação ao masculino:

[...] comecei minha luta em 1984, dentro do sindicato, ouvindo as queixas dos agricultores... pensei que a minha participação pudesse levar adiante as reivindicações das mulheres. [...] O trabalho das mulheres vai continuar como vinha sendo, desde o antigo presidente (o fundador Sr. Barassuol). Eu só cheguei à presidência do sindicato porque me associei, e enquanto a mulher trabalhadora rural não entender que deverá se associar, ela nunca vai poder participar ativamente... Eu estou empenhada ainda hoje em levar essa luta do pequeno agricultor, porque considero a mulher como parte dessa luta. Além de dona de casa, mãe e esposa, ela também trabalha na roça ao lado do marido e dos filhos[...]. (MB, 58 anos, presidente do Sindicato de trabalhadores Rurais de Catuípe e atual coordenadora do Movimento das Mulheres, abril 2008).

Veja-se que, no depoimento, a “mulher é parte da luta do agricultor”. No imaginário coletivo, o papel social das mulheres, forjado pelo sistema patriarcal, segue sendo o modelo familiar tradicional, em que o cabeça da família (homem) é o representante, no espaço público, da família rural, mas não o provedor, pois as depoentes sabem muito bem disso.

Como assinala Bourdieu (2002), o mundo social constrói a identidade como realidade sexuada, e o faz através de princípios de visão e divisão sexuentes. Este marco vai além de uma mera representação sexual para constituir-se basicamente em um instrumento político, ou seja, mediante os espaços que as mulheres rurais foram construindo se impuseram códigos dominantes de dependência social ao masculino.

A ordem social, segundo Bourdieu, funciona como uma máquina simbólica, que tende a perpetuar as representações que homens e mulheres fazem de si mesmos e explicam suas práticas de acordo com tais representações, construindo identidades sociais.

[...] Não, eu não me sinto nada mal por ter sido a segunda mulher do estado a ser presidente do sindicato... O trabalho da mulher rural é muito forçado e ela nem tem tempo para perceber certas coisas. O Movimento tem seu valor por ajudar a mulher enxergar certas coisas, que o trabalho não deixa. Mulher que só fica da casa para a lavoura, da lavoura para a casa, está perdendo tempo. Ela tem que sair, ter participação, colocar em prática suas idéias, dar a sua opinião. Ela deve ajudar o homem também [...] Acho que valeu a pena toda essa mobilização (DB, líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2006).

Por meio da socialização que o MMTR construiu juntamente com o sindicalismo, as mulheres passam a adquirir práticas sociais, não negligenciando o papel de liderança e os papéis de mãe e esposa, já que a identidade da mulher agricultora continua baseada na família e no trabalho na roça. Entretanto, é necessário relativizar a participação das mulheres, pois grande parte da mobilização social empreendida pelas mulheres acabou sendo resolvida no Congresso Nacional.

Assim, quando a depoente expressa que “o movimento tem seu valor” e “ela deve ajudar o homem também”, convém assinalar que há um caráter normativo nesse discurso, onde o imaginário feminino se afirma como detentor de poder no espaço privado, indicando que há certa equidade nas relações de gênero.

A desigualdade nas relações de trabalho e poder deve ser relativizada, pois existem certos espaços de negociação cultural acerca da divisão dos papéis na esfera política, econômica e produtiva, fortalecendo, muitas vezes, os pilares da divisão das relações de gênero.

[...] A mulher avançou bastante na sua luta. E muitas mulheres têm se destacado, desde o dia em que despertaram [...]; também sei que muitas companheiras foram e continuam sendo discriminadas e usadas na política partidária, o que é muito ruim para o Movimento. Mas a mulher que tem fibra vai em frente e, se os homens estão dando espaços, é simplesmente porque elas conquistaram esse direito e estão se organizando. É claro que existe pressão para dismantelar esse trabalho, mas a mulher não quer tomar o poder e nem o controle da situação. Ela só quer trabalhar ao lado do homem (DB, líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2007).

Apesar de a depoente afirmar que a mulher está conquistando espaços, mas “não quer tomar o poder e nem o controle da situação”, é possível entender que, historicamente, as mulheres foram “educadas” para o desempenho das tarefas simbólicas (proteção, carinho, educação dos filhos, basicamente) e, dentro dessa definição social dos papéis femininos, não cabe a elas se defrontar com a realidade do poder exterior (público).

[...] Vou continuar dando prioridade a minha família, procurando levar o meu trabalho no Movimento e no sindicato como venho fazendo desde 1984. Vou continuar sendo esposa, mãe e líder sindical, cumprindo com as minhas obrigações de dona de casa, agricultora que sempre acompanha o marido e os filhos nas lidas da roça. A minha família está consciente da minha luta e tem me dado apoio (DB, líder atual do Movimento de Mulheres trabalhadoras rurais da região de Ijuí, 49 anos, maio 2007).

As mulheres líderes, vinculadas pelo Movimento ao mundo social, não discutem e refletem sobre situações que envolvem o mundo doméstico, pois sabem que podem muito bem conciliar tarefas e atribuições – os homens não sabem fazer isso. É importante salientar que a postura deliberada no depoimento, “*cumprindo*

com as minhas obrigações de dona de casa”, denuncia que, sob a aparência da privacidade, essas mulheres não querem abrir mão dos poderes do espaço doméstico.

[...] A diferença da época do início do Movimento e de hoje é que no início nós era discriminada... A FETAG não queria nossa participação, vinha com explicações jurídicas que não podíamos participar, o que havia no fundo era a idéia que nos não devíamos ocupar espaços [...] Os sindicatos diziam que nós éramos dependentes do marido, e porque deveríamos então sindicalizar se o marido era sindicalizado? [...]. Hoje estou na presidência do sindicato, foi suado conseguir entrar... sempre fui discriminada. Continuo como dona de casa fazendo o meu trabalho em casa. O que mudou mesmo foi que as mulheres conseguiram muitos benefícios e hoje é preciso dar mais vida ao Movimento... me parece que as companheiras não querem mais se mobilizar, mas eu continuo firme na luta (MB, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ajuricaba, Líder do Movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais, 60 anos, maio de 2006).

Mas se tenho que participar de alguma reunião da Cooperativa ou do Sindicato, não penso duas vezes em ter que adiar o serviço da casa por mais algumas horas. Sempre prefiro deixar a roupa por lavar ou passar, do que não comparecer em alguma reunião. Basta boa vontade que a mulher sempre encontra jeito para fazer todo o serviço da casa, da lavoura e participar de reuniões, que só fazem a mulher crescer (JJ, 56 anos, líder do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Ijuí, maio de 2006).

Essas mulheres líderes, ao se referirem sobre sua trajetória, suas opiniões e experiências, falam a partir de um discurso coletivo, plural; têm noção de seus papéis sociais e de seu poder em casa e no movimento, ou da existência de uma prática de exclusão das mulheres. Porém, o MMTR não teve uma ferramenta de transformação social, como tiveram as feministas no mundo urbano. As mulheres rurais tinham objetivos muito claros e específicos. Isso não se pode encarar como submissão ou inferioridade, mas, sim, como uma racionalidade na busca do que quiseram para fundamentar seus papéis, apontando soluções, resultantes de uma situação sócio-histórica ligada à cultura patriarcal rural, presente no sindicalismo agrário ao qual se filiaram.

A constatação que fazemos é de que a participação das mulheres em lugares de poder no espaço público está destituída de reflexão, pois elas não estão preocupadas em deter o poder masculino ou combatê-lo, mas em manter o bem-estar da família e os tradicionais papéis que o patriarcalismo na história delegou a elas: servir, cuidar e nutrir, e elas sabem que essas funções são ferramentas de negociação cultural em suas vidas.

Os depoimentos são colocados na perspectiva de afirmação de seus papéis sociais, abraçando substancialmente sua jornada de trabalho e suas responsabilidades para com o bem-estar da família. A fala das mulheres reproduz a importância da sua força de trabalho: “o leite só paga a comida do animal” - mas “paga” muito mais. Elas sabem do valor e da expressão de sua renda para a manutenção da casa e da família.

Como as atividades que garantem o sustento – alimentos – resultam dos serviços de homens e filhos, estes são considerados principais pela sociedade. A mesma ótica considera os produtos adquiridos pelo trabalho feminino secundários, apesar de as mulheres arcarem com boa parte das despesas da família e saberem que suas tarefas não são inferiores nem secundárias.

Diante desse cenário, é preciso observar que a situação das mulheres ultrapassa os aspectos puramente econômicos ou políticos. O destaque para o reconhecimento profissional da agricultora não amplia o conceito de cidadania e, em geral, continua a dependência econômica em relação a outros aspectos, principalmente aqueles ligados ao acesso ao crédito, à terra e a renda, não garantindo a igualdade real entre homens e mulheres,

Embora os papéis sociais tenham-se flexibilizado, na maioria das vezes as mulheres continuam as principais responsáveis pela administração da organização doméstico-familiar. O que se torna evidente é que, na década de 1980/90, aquilo que o MMTR pauta como transformação social – conquista da cidadania no espaço público – não produziu indagações acerca dos papéis tradicionais, uma vez que a conquista dos direitos civis, no imaginário das agricultoras, era suficiente para dar conta do problema da diferença sexual e individual, além de resolver certas insatisfações vividas no mundo privado. Os discursos das mulheres rurais confirmam a tendência de seguir o imaginário masculino.

O MMTR se construiu dentro de um contexto cultural ditado pelas regras do sindicalismo masculino, seja de direita ou de esquerda. Com algumas mulheres líderes, o sindicalismo masculino ganhou força no campo, legitimando-se. A conquista de “pseudos-espacos de igualdade” na esfera pública acabou instalando pequenas elites de mulheres a serviço do sistema patriarcal, que assumem cada vez mais o discurso masculino, e, por outro lado, as mulheres que não exercem mais a liderança ou que participaram do MMTR estão imbuídas de representações sociais que asseguram a persistência das tradicionais relações de gênero, poder e trabalho no campo.

As representações socioculturais a respeito da maternidade e dos papéis de dona de casa são a forma como o imaginário social configura determinados aspectos da realidade das mulheres, a ponto de muitas dessas crenças que cercam os tradicionais papéis femininos – servir, cuidar e nutrir – terem se transformado numa verdade imutável. Muitas vezes, as mulheres agricultoras omitem seu próprio cotidiano e suas histórias pessoais, e até deslocam para um segundo plano seus interesses individuais, pela necessidade de reproduzir ou ajustar-se às identidades construídas pelas representações sociais.

A divisão dos papéis sociais parece, assim, se afastar da concepção do sujeito submetido, pois, para elas, apesar de serem semianalfabetas, foram extremamente inteligentes, pois participaram do MMTR até o momento da concessão de direitos previdenciários iguais aos do homem da mesma categoria profissional, abandonando ou relativizando a importância do movimento logo após essa conquista.

A família, no meio rural, é resultado desse contexto simbólico cultural. Há fatores (inclusive laços afetivos) que fazem com que as pessoas colaborem dentro da família, mas há também forças que levam as pessoas a exercitarem competições

entre si – e tudo isto é permeado por relações de poder construídas material e historicamente através das leis, das instituições. Os laços de dependência que unem as pessoas têm mais a ver com seu poder de negociação cultural do que, necessariamente, com a sua própria “vontade” ou “determinação”.

Considera-se errôneo não enxergar na cultura patriarcal uma atuação sobre os papéis sociais do homem e da mulher. Tampouco se considera incorreta a interpretação de que, sob a ordem patriarcal de gênero, as mulheres não detêm nenhum poder. Os depoimentos são a prova disso, pois, com efeito, a cumplicidade exige consentimento e este só pode ocorrer numa relação entre pares, nunca díspares, caso das relações de gênero no meio rural. O consentimento exige que ambas as partes desfrutem do mesmo poder, mostrando como o discurso dominante reproduz literalmente a lógica androcêntrica presente no meio rural. Mesmo essa lógica discriminando a mulher rural, elas se atribuem poderes e veem esse espaço como próprio de seu domínio.

Os modelos de representação que caracterizam o trabalho feminino expressam as distintas funções determinadas aos homens e às mulheres e suas posições desiguais na história. Esta diferenciação de papéis e sua hierarquização se integram na lógica de funcionamento do imaginário social. Assim, as obrigações domésticas são o principal argumento pelo qual as mulheres são objeto de discriminação no âmbito familiar, de maneira que, quando participam e ascendem a outros trabalhos e funções, são mais mal remuneradas e menos valorizadas do que os homens.

A análise dos elementos que vimos apresentando permite entender os pressupostos que sustentam as representações sobre a relação de gênero e trabalho em sociedades como a nossa. São estas representações que atuam sobre a realidade e mantêm as relações de trabalho e poder do feminino em face do masculino.

Se, dentro da família, no mundo rural, há relações de desigualdade, subordinação e não reconhecimento do trabalho da mulher, não se deve incorrer no risco de desconsiderar a existência de regras e definições de acesso a recursos que se dão no interior de outras instituições, e que reforçam essa desigualdade no interior da família. Muitas vezes, tendemos a ver a família como o lugar do conflito e da negociação, esquecendo-nos de que ela é influenciada por outras regras que estão além dela própria.

As relações entre mulheres e homens na família e na organização da produção não são só objetivas, mas encontram-se impregnadas por valores morais, éticos, que perpassam representações simbólicas, a religiosidade, a subjetividade. Não é possível, contudo, pensar as relações de gênero com base apenas nas diferenças de papéis; elas são desiguais e se combinam com outras categorias sociais, como poder, trabalho, dominação masculina, que legitimam uma hierarquia e, conseqüentemente, sua inferioridade social.

Não são as mulheres que se inferiorizam, são as relações de poder que lhes atribuem um lugar menor, pois elas falam do trabalho pesado, da divisão dos papéis na família, numa perspectiva de afirmação e não de submissão. Mesmo quando é negado às mulheres o direito de decidir, de participar dos processos de decisão na produção e no próprio espaço doméstico, as mulheres estão em todos os lugares;

basta olhar a dinâmica cotidiana rural para que se constate que elas, em maior ou em menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na família. E por serem proprietárias do lote rural, o discurso de dominação e de subserviência ao homem não tem sentido para elas.

(In) conclusões

Há certos desafios no horizonte das mulheres do campo sobre os quais é preciso refletir à luz das novas mudanças econômicas das últimas décadas. Um desses desafios é a participação das mulheres camponesas nos processos de tomada de decisão como desafio fundamental para eliminar os tradicionais desequilíbrios existentes entre homens e mulheres. A participação plena e igualitária das mulheres nos processos decisórios não somente é uma questão de justiça e igualdade numa sociedade democrática, como infunde vigor em uma democracia frágil e seus mecanismos. Somente mediante uma distribuição equilibrada de poder e responsabilidades entre homens e mulheres se poderia melhorar o nível de qualidade de vida da sociedade camponesa.

O papel das mulheres no campo e a manutenção da renda familiar agrária são fundamentais. As mulheres rurais conhecem as necessidades que se colocam em seu meio familiar e comunitário. É fundamental que as mulheres camponesas se vejam implicadas no desenho, planejamento, gestão e desenvolvimento de programas de sustentabilidade.

É inegável a carga histórica de preconceito e invisibilidade do trabalho feminino. Como também é inegável o papel fundamental que as mulheres têm em suas mãos nas comunidades camponesas. Mas é necessário que a sociedade em geral comece a reconhecer os valores das mulheres do campo, para possibilitar uma sociedade integrada e digna, em que nascer homem ou mulher não limite as capacidades nem a possibilidades das pessoas.

Que necessidades, na atualidade, colocam as mulheres do campo, assentadas, ribeirinhas etc.? Se analisarmos com cuidado, damos conta de que as necessidades das mulheres do campo não são diferentes daquelas que vivem no meio urbano. Obviamente, temos que levar em conta que elas estão inseridas em um meio distinto, com características socioeconômicas, culturais próprias do espaço, mas com riquezas e possibilidades infinitas.

Mas se negarmos seu papel, se limitarmos seu acesso ao trabalho, aos serviços básicos, levando-a a emigrar, quais podem ser as consequências? Devemos pensar seriamente sobre isso. Como nota para reflexão, basta dizer que mais de 50% dos alimentos produzidos no mundo vêm das mulheres do campo. As mulheres rurais necessitam que se eliminem as dificuldades que ainda experimentam nos aspectos educativos, sanitários, participativos, do acesso à saúde, a moradia etc. Necessitam um reconhecimento da sociedade de seus papéis históricos de conselheiras, de agentes da saúde, de educadoras, de protetoras do meio ambiente etc. Necessitam que se criem meios econômicos e estruturais nas zonas e comunidades onde vivem para possibilitar o acesso à educação, saúde, lazer, estas por sua vez ainda distantes

dos programas da classe política e do próprio Estado. As mulheres do campo necessitam avançar nas fórmulas que permitam o reconhecimento profissional e legal, necessitam da divisão igualitária das tarefas da casa, de formação dirigida às especificidades do meio rural, enfim, necessidades que não são diferentes daquelas da mulher da cidade e que são, na realidade, direitos de todas as pessoas.

Para finalizar, a mulheres agricultoras que participaram direta ou indiretamente desse processo através do MMTR apresentam característica de empoderamento na sua dimensão privada, expandindo suas liberdades substantivas, tornando-se agentes do seu espaço, ocupando, dessa forma, esse lugar “impróprio”, tolerado, conquistado, que escorra pelos labirintos da história, sempre por se fazer, experimentando-se, recriando-se.

Referências

- AMORÓS, Celia. **Tiempo de feminismo**. Madrid: Cátedra, 2003.
- _____. **Hacia una crítica de la razón patriarcal**. Barcelona: Anthropos, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DEERE, Carmem Daiana; LÉON, Margarida de. **O empoderamento da mulher**. Direitos à terra e direitos à propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade e Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado, 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses: o feminismo como a crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo e Classe Social no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.
- RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, Revista de Sociologia, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 67-82, 1995.
- SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada. Estruturas de gênero da cidadania. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Ângela. **O dilema da cidadania**. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, jul.-dez., 1995.
- _____. O Enigma da Igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan.-abr. 2005.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. **Histórias de Mulheres que lutam: a construção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras rurais no Noroeste do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2016.